

Riscos, conflitos e relações de poder no trabalho de campo¹

Risks, conflicts, and power relations during fieldwork

Carolina Parreiras

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Michele Escoura

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

RESUMO

Apresentamos o dossiê *Conflitos e relações de poder em contextos de trabalho de campo antropológico* cujo objetivo foi refletir sobre dilemas práticos e analíticos na realização de pesquisas em antropologia, a partir especificamente da perspectiva de quando estar em campo é estar em risco. Muito tem sido escrito sobre estratégias para a realização de pesquisas em contextos violentos, mas nem sempre os relatos sobre experiências de violências vividas por pesquisadoras/es durante o trabalho de campo têm ultrapassado as conversas informais sobre os bastidores da pesquisa e se tornado objetos de reflexão. Isso porque o ato de tornar públicas algumas das ocorrências de campo vem, no geral, cercado de interditos, silêncios e incertezas, na medida em que a exposição dessas situações pode suscitar questionamentos sobre o profissionalismo da/o pesquisador/a, dos dados ou criar novos conflitos e retaliações. Deste modo, buscamos criar um espaço de compartilhamento de relatos e reflexões que pudesse contribuir com debates metodológicos e éticos ao problematizar os desafios que as/os próprias/os pesquisadoras/es enfrentam em campo. Os trabalhos apresentados dão ênfase a análises sobre pesquisas de campo atravessadas por imprevisibilidades, relações de poder e violações; a relatos sobre como desigualdades e situações de violência impactaram na produção do conhecimento e na carreira acadêmica; e reflexões sobre os efeitos destas situações na escrita dos resultados das pesquisas. Um esforço no sentido de, ao fim, provocar uma ampliação tanto do debate sobre ética de pesquisa, quanto sobre os protocolos de segurança e institucionalização de redes de proteção a pesquisadoras/es.

Palavras-chave: Pesquisa de campo, Violência, Ética, Relações de Poder, Etnografia.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processos nº 2015/26671-4 e nº 2021/06857-7. E é também um desdobramento da pesquisa “Incubadora de Pesquisas Etnográficas: abordagens teóricas e metodológicas contemporâneas para a formação de jovens pesquisadoras/es de campo”, contemplado pela chamada n.002/2021 - Programa de Infraestrutura para jovens pesquisadores - Programa Primeiros Projetos PPP - FAPESPA/CNPq.

ABSTRACT

We present the dossier *Conflicts and Power Relations in Anthropological Fieldwork Contexts*, which aims to reflect on practical and analytical dilemmas in conducting research in anthropology, specifically from the perspective of when being in the field means being at risk. Much has been written about strategies for conducting research in violent contexts, but the accounts of experiences of violence lived by researchers during fieldwork have not always gone beyond informal discussions about the behind-the-scenes of research and become objects of reflection. This is because making some field occurrences public is generally surrounded by prohibitions, silences, and uncertainties, as exposing these situations may raise questions about the professionalism of the researcher, the data, or create new conflicts and retaliation. Therefore, we sought to create a space for sharing experiences and reflections that could contribute to methodological and ethical debates by addressing the challenges that researchers face in the field. The articles presented emphasize analyses of field research shaped by unpredictabilities, power relations, and violations; accounts of how inequalities and violent situations impacted knowledge production and academic careers; and reflections on the effects of these situations on the writing of research findings. This effort aims to ultimately provoke a broader debate both on research ethics and on safety protocols and the institutionalization of protection networks for researchers.

Keywords: Field research, Violence, Ethics, Power relations, Ethnography.

INTRODUÇÃO

Este dossiê é um desdobramento de uma sequência de iniciativas, nos últimos anos, que tiveram o intuito de criar um espaço institucional para o compartilhamento de relatos e reflexões sobre experiências violentas, arriscadas ou adversas no trabalho de campo. Em 2017, o tema “Risco e Vulnerabilidade em campo” foi o ponto de partida para uma mesa redonda organizada por discentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)². Naquela ocasião, o debate conduzido pelas pesquisadoras Rosana Pinheiro-Machado, Karina Biondi e Heloisa Buarque de Almeida, sob mediação de Lauriene Seraguza, já apontava para a urgência do tema e a necessidade de um olhar mais detido às

² A gravação da mesa redonda está disponível no canal do Youtube da “Sexta do Mês”, comissão formada por discentes do PPGAS/USP e que foi a responsável pela organização do evento. Disponível em: <https://youtu.be/7nKNznUM510?si=XAd8u92x5T1HAEyz>. Acesso em: 25 fev. 2025.

dimensões de gênero na composição de cenários de riscos e vulnerabilidades de pesquisadoras durante o trabalho de campo.

Naquele mesmo ano e no seguinte, a Revista *Cadernos de Campo*, publicação organizada por discentes da mesma instituição, incluiu em seus volumes de número 26³ e 27⁴ dois dossiês especiais sobre o tema “Adversidades no fazer antropológico”. Com apresentação assinada pelas antropólogas Florbela Ribeiro, Karina Coelho, Letizia Patriarca e Paula Bessa (2017), os especiais somaram um total de quatorze artigos mais a tradução e o comentário do seminal texto de Eva Moreno, *Estupro em campo: reflexões de uma sobrevivente* (2017).

Além disso, notamos uma movimentação internacional em torno do tema, especialmente a partir da pandemia de Covid-19, momento em que, graças às formas de conexão digitais, foram realizados mesas, eventos e *workshops* que buscavam debater as questões quase sempre invisíveis e não ditas do trabalho de campo. Algo curioso é que, nestes eventos, pouco se falava das experiências brasileiras ou do Sul Global, o que parece apontar para uma lacuna importante nas discussões metodológicas, éticas e políticas que temos feito sobre trabalho de campo. Citamos como exemplo de eventos o *webinar Harassment in the field*, realizado em maio de 2021 pela Associação Holandesa de Antropologia Feminista e Estudos de Gênero (LOVA)⁵, e que agregou pesquisadoras de diferentes áreas de conhecimento e partes do mundo para debater casos de assédio e violência em campo. Como resultado desta discussão e das experiências ali compartilhadas, foi publicado, em dezembro de 2021, um número especial do LOVA Journal⁶ no qual Carolina Parreiras, uma das organizadoras deste dossiê, possui um artigo.

Ao propor este dossiê, nosso intuito foi dar continuidade a este debate e ampliar os espaços para a circulação destes relatos e reflexões sobre experiências de campo arriscadas, violentas ou que tensionam os limites do fazer etnográfico, trazendo à luz uma discussão que insiste em ser deixada para o âmbito do segredo, das anedotas e fora dos textos principais de nossas pesquisas. Eva Moreno (2017) e Ruth Behar (1997), ainda na década de 1990, já questionavam se nossos cursos de formação teórica e metodológica não estariam deixando de fora partes importantes (mas nem sempre gratificantes, positivas ou bonitas) do trabalho de campo e também se haveria condições institucionais – nas universidades, programas de pós-graduação e nas agências de fomento – para levar à frente estas discussões. No caso de Moreno, até mesmo seus orientadores a desencorajam a falar publicamente do estupro que

3 Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/issue/view/10866> . Acesso em: 25 fev. 2025.

4 Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/issue/view/10569> . Acesso em: 25 fev. 2025.

5 Disponível em: <https://lovanetwork.org/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

6 LOVA Journal n. 42 - “Harassment in the Field”. Disponível em: <https://lovanetwork.org/journals/lova-journal-42/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

sofreu ao realizar de pesquisa de campo. Já Behar (1997, p. 1), propõe a ideia de “observadora vulnerável”, chamando atenção para os inúmeros modos como a subjetividade da pesquisadora se infiltra nas etnografias, manifestando-se inclusive em relações em que nos encontramos vulneráveis. Não demorou para que percebêssemos o quanto os pontos levantados pelas autoras ainda eram válidos e que parte do silenciamento sobre o tema enreda-se em outras dimensões que estão para além da falta de espaços para este diálogo.

Em 2022, tivemos aprovada uma proposta de Simpósio Temático para o 46º Encontro da ANPOCS cujo título era *Riscos, adversidades e violência em contextos de pesquisa de campo*. Naquela ocasião, era possível realizar os simpósios temáticos tanto de maneira remota, *online*, como presencial, em Campinas (SP). Ponderamos que, em se tratando de um assunto cuja própria publicização poderia para algumas pessoas se constituir em um novo risco, optamos em coordenar a conversa de modo presencial para garantir um espaço de maior acolhimento e controle de participantes. Entretanto, este cuidado não foi suficiente para encontrarmos colegas dispostas/os a se reunir no debate e, sem atingir o número mínimo de proponentes de trabalhos escritos ao simpósio (foram apenas 3), o espaço de conversa foi cancelado pela organização do evento.

O que é digno de nota é que, enquanto a proposta estava sendo divulgada, foram muitas as mensagens que nos chegavam, de maneira privada, de colegas relatando situações que se encaixavam na chamada do simpósio ou reiterando a importância de abirmos o espaço para essa discussão. Mas embora as pessoas nos contassem pessoalmente que tinham muito a relatar sobre o tema, elas não se sentiam seguras para o que seria uma “exposição” das violências que tinham sofrido. O que se repetiu, mais uma vez agora, quando abrimos a chamada deste dossiê.

Dentre as diversas mensagens privadas que recebemos de nossos contatos pessoais enquanto a proposta de dossiê esteve aberta, é importante destacar que todas as pessoas que vieram relatar situações de violência em seus campos, mas preferiram não mandar textos com relatos ou reflexões sobre tais situações, eram, em sua totalidade, mulheres. E as situações confidenciais envolviam abusos sexuais.

Este é um fato que nos requer atenção. Para a chamada deste dossiê, definimos como tema “Conflitos e relações de poder em contextos de trabalho de campo antropológico” e descrevemos nosso interesse por trabalhos sobre: formas como marcadores sociais da diferença (gênero, sexualidade, raça, classe social) atuam no posicionamento da pesquisadora/or em campo; efeitos das situações de risco e violência na escrita e no desenvolvimento de investigações; ampliação do debate sobre ética de pesquisa incluindo-se, reciprocamente, formas de proteção às/aos pesquisadoras/es em situações de risco e violência; imprevisibilidades, ameaças e violações de direitos contra cientistas sociais em campo; protocolos de segurança e institucionalização de redes de proteção a pesquisadoras/es; desigualdades e impactos das situações de riscos e

adversidades na produção do conhecimento e na carreira acadêmica; dilemas de escrita e formas de narrativas na publicização de experiências de risco, abuso e violências em campo.

Ainda que nossa proposta na chamada deste dossiê não estivesse exclusivamente voltada às produções sobre situações em que o corpo das antropólogas fosse um posicionador determinante para as relações de poder enfrentadas em campo, tínhamos uma grande expectativa de recebermos trabalhos que abordassem o tema a partir desta direção. Isso porque, primeiro, sendo nós duas pesquisadoras vindas do campo dos estudos de gênero e sexualidade, sabíamos da imbricação da discussão sobre violência e relações de poder em campo com a antropologia feminista. Segundo, também, porque nosso interesse com este tema decorria, inclusive, do nosso conhecimento sobre diversos relatos, sempre contados em ambientes privados, de antropólogas que experienciaram situações de assédios, importunações ou constrangimentos sexuais em campo – fossem na relação com interlocutores ou com supervisores. Uma de nós, inclusive, vivenciou uma tentativa de violência sexual ao realizar pesquisa de campo em favelas do Rio de Janeiro, tendo participado, com artigos em que reflete sobre a experiência da violência, nos já citados dossiês da Revista Cadernos de Campo e no número especial do LOVA Journal. No entanto, esses foram, especificamente, os relatos que não chegaram para este dossiê da Revista Antropolítica.

Se a exposição de situações de riscos vividas por pesquisadoras/es tem sido um interdito dentro das discussões sobre o trabalho de campo e a etnografia, quando se trata então de falar sobre violações sexuais, o tabu parece intransponível. Há quem tema retaliações, boicotes e impactos em suas carreiras, há quem não queira descredibilizar os interlocutores que estão em outras posições de vulnerabilidades ou quem prefira evitar a possibilidade de descrédito de suas competências como pesquisador/a e de seus próprios dados ou relatos. Existe ainda o sentimento de culpa, de ter feito algo errado na condução do trabalho de campo, de vergonha e, ainda, de dúvida quanto às próprias capacidades enquanto etnógrafa.

Situações semelhantes podem ser encontradas na literatura disponível (Moreno, 2017; Kovats-Bernat, 2002; Hanson, 2019; Richards, 2019; Markowitz, 2019; Parreiras, 2018, 2021; Zonjic, 2021; Berry *et al.*, 2017; Nelson *et al.*, 2017; Klob, 2016) sobre o tema de violências sexuais – aqui utilizado como termo guarda-chuva para uma miríade de possibilidades de atos de violência marcados pelo gênero e pela sexualidade – e trabalho de campo. Grande parte da produção existente foi produzida nos últimos 15 anos e, em sua maioria, escrita por mulheres e com orientação claramente feminista, decolonial e preocupada com outros marcadores sociais da diferença como raça e classe social. Berry *et al.* (2017, p. 538), ao tratarem do tema a partir de pesquisas de campo realizadas em El Salvador, Cuba, Palestina, México e Guiana, propõem o que chamam de “*fugitive anthropology*”, um tipo de pesquisa politicamente engajada, de solidariedade feminista transnacional, inspirada na práxis e no pensamento de feministas

negras e indígenas e que contesta os espaços de poder tradicionais da disciplina. Esta forma de ação e pensamento é “fugitiva” porque não se deixa aprisionar por normas pré-estabelecidas, na medida em que “[...] o caminho para alcançar espaços desconhecidos (os de pesquisa) é necessariamente imprevisível” (Berry *et al.*, 2017, s. p. tradução nossa).

No levantamento bibliográfico que realizamos, apenas um artigo (Sharabi, 2020) trata de um caso de assédio sexual sofrido por um pesquisador homem; e ele mesmo reconhece o quanto são raros estes tipos de relatos, dada a ideia de senso comum de que homens não sofrem violência baseadas em gênero e sexualidade (o que, obviamente, é um erro).

Ainda que não lidem especificamente com casos de violência sexual e de gênero em campo, os artigos selecionados para este dossiê problematizam diversas questões que nos ajudam a avançar no entendimento da complexidade das relações de poder em campo, bem como levantam questões relevantes em termos éticos e metodológicos. O conjunto de artigos coloca em debate a prática antropológica naquilo que lhe é mais caro: a feitura da etnografia tanto na realização do trabalho de campo quanto nos dilemas da escrita.

Não são novidade as problematizações sobre o fazer etnográfico, mas temos aqui reflexões que levam a sério essa discussão, sem necessariamente apresentar soluções, mas por meio de narrativas que reafirmam o caráter não manualesco da empreitada antropológica. Como bem alertava Malinowski (1978) ainda nos primórdios da disciplina, muito da pesquisa de campo é composta por imponderáveis, estes acontecimentos inesperados que tensionam nossas relações em campo.

Os artigos trazem também diferentes formas de teorizar emoções. Encontramos nos textos tentativas de lidar com variados sentimentos que as experiências de campo suscitam, nem sempre positivos ou recompensadores. Neste caso, é uma aposta nos afetos como forma de conhecer e produzir um saber antropológico, em tudo aquilo que eles possuem de complexidade, tal como propõe Coelho (2019): “a) como intrusas indesejáveis no trabalho de campo; b) como um incômodo com o qual se pode aprender sobre a natureza do trabalho de campo; c) como via de acesso para a compreensão da alteridade” (p. 276).

Essas experiências relatadas nos artigos têm nos levado a ponderar sobre quais saídas seriam possíveis para a criação de um espaço institucional e seguro não só para tais reflexões, mas também para as denúncias de violações de diferentes tipos. Como as associações da nossa área de pesquisa têm lidado com esses impasses? Como elas podem ajudar na garantia do exercício seguro das nossas atividades profissionais de pesquisa quando estamos em campo? Quais protocolos têm sido adotados por nossas associações profissionais quando violações contra pesquisadoras e pesquisadores são denunciadas? Há protocolos? E quais tipos de proteção de dados poderiam ser adotados pelas revistas para a anonimização das autorias destes relatos? E onde se situam as agências de fomento nacionais neste debate? Essas são algumas das questões

que, com este dossiê, esperamos suscitar.

Sem dúvida, tivemos muitos avanços nestas discussões, a partir principalmente da criação de protocolos e códigos de ética. No entanto, ética é sempre relacional e uma via de mão dupla. Neste sentido, ela zela pelos direitos e bem-estar de nossas/os colaboradoras/es de pesquisa, mas também deveria proteger a/o pesquisadora/or frente aos muitos riscos que podem ser vivenciados em campo. Em nossa avaliação, ainda faltam ações práticas neste sentido no Brasil.

Nosso trabalho de levantamento de referências sobre o tema mundo afora foi bastante frutífero e nos levou ao projeto The Fieldwork Initiative⁷, que se descreve como uma rede de estudantes e pesquisadores “enfrentando trauma, condições inseguras ou assédio sexual durante o trabalho de campo”. Na falta de iniciativas formais de universidades, associações e agências de fomento, o projeto compartilha uma série de recursos, ajudas e formas de lidar com situações adversas em campo. Ideias como essa nos parecem ser necessárias e urgentes, bem como investimentos institucionais.

O DOSSIÊ

Em *Etnografia na guerra: um ensaio sobre pesquisas de campo na Palestina*, Rafael Oliveira nos leva para um campo em que a guerra não é metáfora. Composto seu texto a partir de relatos de pesquisa em diversas idas ao território palestino ao longo de 10 anos e sua experiência *in loco* durante a erupção da guerra em Gaza em 2023, o autor tece reflexões a partir de uma experiência radical de violência em campo. Se, quando em campo, estamos sempre sujeitas/os a reconfigurações constantes em nossas estratégias de circulação ou de aproximação nos territórios em que pesquisamos, no caso de Oliveira, a guerra ao seu redor impunha-lhe a necessidade de uma habilidade imensa de resposta rápida e imediata a cada nova movimentação armada ao seu redor. Em seu caso, uma reação errada aos imprevistos do campo poderia significar não só um entrave à realização da pesquisa, mas um risco para a própria vida do pesquisador. Da experiência trazida no artigo, fica evidente também a forma como a realização de pesquisa de campo em contextos conflitivos demanda do pesquisador um controle preciso sobre si e suas ações, por menores que possam parecer. Estando o autor posicionado dentro do território palestino e em um contexto de perseguição a pesquisadoras/es críticos à política do Estado de Israel, Oliveira precisou fazer uma gestão cuidadosa dos limites de sua

⁷ Disponível em: <https://www.fieldworkinitiative.org/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

exposição pública, fosse pessoalmente em campo ou em suas redes sociais no ambiente digital, de modo a evitar qualquer risco à sua segurança. Mas o risco em torno da exposição de si não era apenas do pesquisador, como também de seus próprios interlocutores.

Em um cenário de guerra, o autor nos faz perceber o desafio que é conseguir criar redes de confiança e sociabilidade em campo, afinal, como conseguir criar vínculos e encontrar interlocutores que falassem para um estrangeiro sobre si, sobre o que faziam ou o que pensavam sem desconfiarem de estarem entrando em uma armadilha de espionagem? Essa questão traz desdobramentos metodológicos e epistêmicos interessantes para pensarmos nos limites de se produzir etnografia em contextos de violências extremas e de esfacelamento dos espaços de sociabilidade, tal como o autor aborda em seu artigo. E, de maneira acertada, Oliveira nos leva também à reflexão sobre os efeitos da violência experimentada em campo no risco de adoecimento mental do pesquisador e nos vieses sobre o resultado dos produtos acadêmicos da pesquisa. Como quadros de ansiedade e depressão, por exemplo, desencadeados em contextos de campos violentos podem ser computados dentro dos mais diversos fatores que compõem a tessitura metodológica do trabalho? O quanto que determinadas percepções, observações e situações criadas em campo, por exemplo, não são consequência de um estado de adoecimento psíquico do próprio pesquisador? Como um estado de medo, ansiedade ou depressão pode ser ao mesmo tempo produto de um contexto de campo e balizador da forma como os dados daquele campo serão produzidos e analisados?

Já no trabalho de Ana Carolina Monari, Hully Guedes Falcão e Igor Sacramento, intitulado *A desinformação como um campo contestado: desafios teórico-metodológicos e a ética da pesquisa com o “outro desconfortável”*, acompanhamos de maneira mais detida as implicações e estratégias metodológicas em se fazer pesquisa com quem explicitamente não confia no/a pesquisador/a. Analisando a interação de usuários do *Telegram* em canais com mais de 10 mil membros voltados à discussão sobre saúde, o artigo expõe dados sobre as intensas trocas de mensagens de conteúdos negacionistas e anticientíficas neste ambiente digital e sua correlação com o contexto político do Brasil durante a pandemia de Covid-19, no qual a desconfiança com a ciência faz ecos à desconfiança contra as próprias instituições democráticas no jogo contemporâneo de aproximação da opinião pública a ideais políticos autoritários.

Dentre um amplo conjunto de contribuições teóricas e metodológicas trazidas pelo artigo, é necessário aqui destacar a importância da pesquisa ao tema do dossiê especialmente por se tratar de uma pesquisa realizada no bojo de temas controversos, pouco explorados na tradição da antropologia brasileira e com interlocutores que estão em posições éticas, políticas e morais contrárias às posições das/os pesquisadoras/es e da própria ideia de que a pesquisa científica é um modo confiável para compreensão da realidade. Naqueles canais, a vinculação do coletivo se dava a partir da própria desconfiança em torno do que é apresentado como

“científico” e, assim como no contexto de Oliveira, embora por outros motivos, o sentimento generalizado de desconfiança impossibilitava a criação de relações de proximidade entre pesquisadoras/es e interlocutoras/es no formato clássico do que esperamos de uma observação participante dentro da abordagem etnográfica. É instigante o modo como o artigo de Monari, Falcão e Sacramento vai desenvolvendo a ideia de “cisma” para nos ajudar a compreender um ambiente onde a solidariedade se dá apenas entre quem é “cismado” de modo semelhante. Os interlocutores *online* têm “cisma” com a ciência, desconfiam das instituições políticas, não confiam completamente nem nos colegas do grupo e, por conseguinte, estão sempre “cismados” inclusive com as/os pesquisadoras/es. Daí a imposição do grande desafio metodológico: como criar uma relação de confiança entre quem faz da sua própria realidade social uma convivência apenas entre quem é, por princípio, desconfiado?

Por outro lado, os dilemas em torno dos limites da forma de narrar campos conflitivos e como publicizar a dor (sua e de interlocutoras/es) é um tema que atravessa tanto o texto de Carolina Parreiras, como o de Ada Rízia Barbosa de Carvalho, Isabela Vianna Pinho, Marcelli Cipriani, Juliana Torres Y Plá Trevas e Alana Barros Santos. Em *O excesso no matar e a dor em excesso: dilemas etnográficos a partir de uma narrativa de violência, morte e luto*, Parreiras discorre sobre as consequências de perder um dos interlocutores por uma morte violenta durante o trabalho de campo de uma pesquisa que toma a violência como principal objeto de investigação. A morte do interlocutor, ao mesmo tempo em que escancara o objeto da pesquisa, traz consigo diferentes camadas de incertezas e dilemas sobre como lidar, narrar, analisar e publicizar o evento que é traumático não só para toda a rede de interlocutores em campo, mas também para a própria pesquisadora. Enredada sob relações de intenso afeto e proximidade emocional com a família do jovem assassinado, Parreiras nos conduz ao seu complexo desafio ético e metodológico sobre como reagir ao evento extremo.

No seu artigo, o foco principal está em refletir sobre as formas de escrever sobre a dor e a violência. A busca pelas palavras certas para narrar aquilo que sentimos como inenarrável se depara com o risco, de um lado, de se ver diante de acusações acadêmicas de estar se “excedendo” na violência sensacionalista do relato e, por outro, o compromisso com a memória daquele que se foi e com a dor de quem fica. Na sua pesquisa, vemos os desafios de lidarmos com dados que revelam a sobreposição de diferentes dimensões da violência. Há a violência do evento e a violência na forma como o evento violento é narrado. Com a autora, refazemos a cronologia desde o desaparecimento do jovem, a busca feita pelos parentes, os detalhes do corpo linchado e a dor expressa nas mensagens enviadas pela mãe enlutada à pesquisadora. Entre o evento e a forma de narrar o evento, a dor pelo excesso da violência só consegue ser exprimida pelo excesso da dor do relato.

Já em *Ser pesquisadora, ser testemunha: dilemas e potencialidades do fazer*

etnográfico em contextos de violência e criminalização, Carvalho, Pinho, Cipriani, Trevas e Santos discorrem a partir de cenas etnográficas ocorridas em diferentes regiões do país que nos remontam à discussão sobre a violência de Estado, o cenário de conflito armado policial contra populações das periferias urbanas e sobre as dinâmicas prisionais e do sistema de justiça. No artigo, o mosaico de distintas situações de campo retoma o desafio da escrita sobre violências testemunhadas em campo, abordando os limites éticos sobre os riscos de exposição de interlocutoras/es – inclusive as/os mortas/os – que estão imbricadas/os em contextos de intensa criminalização. Não há mais espaço para ilusões de escritas “neutras” em nosso fazer etnográfico. E, no artigo, a preocupação com os limites daquilo que será narrado não vem apenas das antropólogas em campo, mas das próprias interlocutoras e interlocutores.

Do campo emerge a reflexão sobre as posicionalidades das pesquisadoras, sejam aquelas referentes às marcas sociais de gênero, classe e raça que constituem a nosso próprio ponto de partida sensível sobre a realidade social, como também sejam as posições políticas, éticas e morais que a todo tempo nos são interpeladas por aqueles com quem criamos a relação no trabalho de campo. Nesse contexto, a própria ideia de “cisma” trabalhada no texto de Monari, Falcão e Sacramento ou a desconfiança sentida por Oliveira no contexto de guerra, aqui poderiam ser retomadas e refletidas no relato sobre o desconforto causado pelas tensões entre aquilo que se vê, o que se ouve e o que se escreve a partir de outros cenários de violência. Ainda que consensos sejam difíceis de serem atingidos entre aquilo que nós ou nossas/os interlocutoras/es esperam dos produtos acadêmicos feitos a partir de relatos sobre suas próprias experiências, o artigo evidencia a necessidade de trazermos essa tensão, a complexa relação entre o compromisso político com o científico, para o primeiro plano na construção de nossas etnografias.

A tensão no modo de construir conhecimento é o tema de partida também do artigo *Os pactos narcísicos da academia: subalternidades, exclusões e violências* de Carolina dos Santos Bezerra e Felipe Paes Piva. Nele, a ascensão do debate sobre violência dentro das universidades e os desdobramentos da criação das primeiras redes de articulações e protocolos de enfrentamento à violência no ambiente acadêmico são pontos de partida da reflexão. As dimensões trabalhadas por Bezerra e Piva revelam imbricações entre situações violentas que são, ao mesmo tempo, tema de pesquisa e experiências pessoais da autora e do autor ao longo de suas trajetórias acadêmicas, seja quando em posição de estudantes, pesquisadoras/es ou de docente. No artigo, a intersecção entre diferentes marcadores sociais da diferença na forma como as violências são exercidas no ambiente universitário revelam, de um lado, os corpos e as trajetórias pessoais que estão mais vulneráveis às violações e, de outro, aqueles que se solidarizam e se protegem em redes pactuadas de silenciamento das denúncias. E o trabalho aponta, ainda, para a inviabilidade de qualquer defesa à “neutralidade científica” em um contexto de produção de conhecimento

em que as subjetividades de pesquisadoras/es são marcadas por posições desiguais dentro da própria estrutura acadêmica e sob dinâmicas nas quais a relação com a instituição é constituída sob violações e exclusões.

Além disso, é digno de nota a percepção trazida pelo artigo de como as primeiras redes de enfrentamento à violência dentro do ambiente universitário têm sido, em sua maioria, liderada por mulheres – estudantes, pesquisadoras e docentes – em um esforço feminino (e feminista) que, embora tenham garantido a formalização de protocolos de denúncias dentro das instituições, tem exposto também a desigualdade de gênero imposta na própria divisão do trabalho institucional de acolhimento e acompanhamento de denúncias. Além das atividades acadêmicas, tem restado prioritariamente às docentes mulheres o trabalho emocional de acolhimento das vítimas e o acúmulo de funções operacionais no encaminhamento burocrático de comissões ou averiguações das denúncias, muitas vezes inclusive sem contabilização formal de carga horária deste trabalho. Nesse sentido, a discussão trazida pela autora e pelo autor mais uma vez reforçam para a urgência de uma ampliação na aliança de estudantes, pesquisadoras/es e docentes contra as violências dentro do universo acadêmico para reverter o persistente quadro de silenciamento e exclusão de corpos e vozes historicamente subalternizadas.

Se, ao longo do dossiê, os trabalhos apresentados colocam foco nas tensões entre pesquisadoras/es, entre elas/es e interlocutoras/es e na relação entre pesquisadoras/es com suas instituições universitárias, no artigo de Camila Alves Machado Sampaio, intitulado *Além das “anedotas”: antropologia e alteridades etnográficas na prestação de serviços para uma pesquisa em saúde em Angola*, o conflito que emerge é na tentativa de aproximação da Antropologia com outras áreas de conhecimento e fora dos enquadramentos estritamente acadêmicos de nossa atuação profissional. Sampaio compartilha conosco sua experiência como pesquisadora em Angola no início dos anos de 2010, em um contexto de cooperação internacional entre organismos governamentais e não governamentais voltados às políticas públicas de saúde e controle do HIV/Aids. Em seu relato, acompanhamos as disputas epistêmicas entre o campo da Antropologia e da Saúde quando os financiadores da pesquisa – operadores de políticas públicas – demandavam por modelos rígidos e específicos de resultados e questionavam as análises produzidas pela pesquisadora, que apontavam para as complexidades locais das relações de gênero. No impasse, o modo de produção do conhecimento antropológico, voltado a demonstrar a complexidade das relações, passa, então, a ser questionado e os dados etnográficos desqualificados como “anedotas”.

Neste artigo de Sampaio, os conflitos em torno do tipo de devolutiva que é possível de ser realizada a partir de uma pesquisa etnográfica ganham evidência e a autora nos aproxima de um debate sobre os desafios que surgem ao extrapolarmos profissionalmente o ambiente acadêmico, quando a legitimidade de nossos saberes, métodos e modos de publicação de

resultados passa a ser tensionada nos dissensos com outros campos disciplinares. Além disso, a autora pondera sobre os impactos e riscos de vieses imputados por financiadores às pesquisas, que partem de expectativas políticas e protocolos de investigações que tendem a simplificar, reduzir e fixar a realidade social em “variáveis” previamente especificadas. E, nesse difícil diálogo interdisciplinar, não são apenas os métodos e as técnicas de pesquisa da Antropologia, ou do trabalho de campo, que precisam ser colocados sob defesa. Mas a própria determinação antropológica de encarar as ambivalências e as contradições da realidade social, exigindo de nós a reafirmação constante do compromisso epistêmico no qual a precedência analítica é do dado, e não dos modelos prévios de interpretação.

Em última instância, talvez, com este dossiê, estejamos em busca do que Lisiak e Krzyżowski (2018, p. 34) chamam de “espaços de cuidado, auto-cuidado e solidariedade”, ou seja, lugares onde possamos encontrar suporte inclusive para os momentos em que o trabalho de campo recai em situações de risco, violência, abuso ou em adversidades diversas. Ainda que, daqui, evidenciem-se ainda mais lacunas para debatermos nos próximos anos e novas frentes de demandas para um trabalho estrutural mais amplo que modifique a própria maneira como a academia (e as associações, agências de fomento) lida com o que escapa da suposta normalidade, esperamos, ao menos, que este dossiê possa chegar às leitoras e aos leitores como um destes pequenos espaços de cuidado.

REFERÊNCIAS

1. BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer**. Anthropology that breaks your heart. Boston: Beacon Press, 1997.
2. BERRY, Maya; ARGÜELLES, Claudia; CORDIS, Shanya; IHMOUD, Sarah; VELÁSQUEZ ESTRADA, Elizabeth. Toward a Fugitive Anthropology: Gender, Race, and Violence in the Field. **Cultural Anthropology**, [s. l.], v. 32, n. 4, p. 537-565, 2017. Disponível em: <https://journal.culanth.org/index.php/ca/article/view/ca32.4.05>. Acesso em: 28 fev. 2025.
3. COELHO, Maria Cláudia. As emoções e o trabalho intelectual. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 54, p. 273-297, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Qkr6CcCFtXLjJfSpqQdrnkN/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.
4. HANSON, Rebecca; RICHARDS, Patricia. **Harassed**: Gender, bodies, and ethnographic research. Oakland: University of California Press, 2019.
5. KLOB, Sinah Theres. Sexual(ized) harassment and ethnographic fieldwork: A silenced aspect of social research. **Ethnography**, [s. l.], v. 18, n. 3, 2016. Disponível em: <https://>

- journals.sagepub.com/doi/10.1177/1466138116641958. Acesso em: 28 fev. 2025.
6. KOVATS-BERNAT, Christopher. Negotiating Dangerous Fields: Pragmatic Strategies for Fieldwork Amid Violence and Terror. **American Anthropologist**, [s. l.], v. 104, n. 1, p. 208-22, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/683771>. Acesso em: 28 fev. 2025.
 7. LIZIAK, Agata; KRYZOWSKI, Łukasz. With a Little Help From My Colleagues: Notes on Emotional Support in a Qualitative Longitudinal Research Project. In: LOUGHRAN, Tracey; MANNAY, Dawn (ed.). *Emotion and the Researcher: Sites, Subjectivities, and Relationships*. Bingley: Emerald Publishing, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/S1042-319220180000016003>. Acesso em: 26 fev. 2025.
 8. MARKOWITZ, Ariana. The Better to Break and Bleed With: Research, Violence, and Trauma. **Geopolitics**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 94-117, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14650045.2019.1612880>. Acesso em: 28 fev. 2025.
 9. MORENO, Eva. Estupro em campo: reflexões de uma* sobrevivente. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 235–265, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/146675>. Acesso em: 25 fev. 2025.
 10. NELSON, Robin; RUTHERFORD, Julianne; HINDE, Katie; CLANCY, Kathryn. Signaling Safety: Characterizing Fieldwork Experiences and Their Implications for Career Trajectories. **American Anthropologist**, [s. l.], v. 119, n. 4, p. 710-722, 2017. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/aman.12929>. Acesso em: 28 fev. 2025.
 11. PARREIRAS, Carolina. Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 274–294, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/142127>. Acesso em: 25 fev. 2025.
 12. PARREIRAS, Carolina. Vulnerabilities and the dilemmas of writing: gender-based violence in the field. **LOVA**, Special Issue – Harassment in the field, n. 42, p. 62 - 90, 2021. Disponível em: <https://lovanetwork.org/wp-content/uploads/2024/01/LOVA-Journal-42-LR-Vulnerabilities-and-the-dilemmas-of-writing.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.
 13. RIBEIRO, Florbela Almeida; COELHO, Karina; PATRIARCA, Letizia; BRAZ, Paula Bessa. Adversidades no fazer antropológico. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 230–234, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/146684>. Acesso em: 25 fev. 2025.
 14. SHARABI, Asaf. A male ethnographer’s perspective on sexual harassment in fieldwork: research note. **Qualitative Research**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 328-334, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1468794120976967>. Acesso em: 28 fev. 2025.

15. ZONJIC, Maja. Framing violence: The politics of representing embodied trauma in feminist geographic film. *Area*, [s. l.], v. 53, n. 3, p. 543-552, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/area.12711>. Acesso em: 28 fev. 2025.

Carolina Parreiras

Pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9741-4776>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: carolparreiras@gmail.com

Michele Escoura

Professora da Universidade Federal do Pará na Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8822-2032>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: micheleescoura@gmail.com